

AS BIBLIOTECAS E A EDUCAÇÃO PERMANENTE.
TRABALHOS PREPARATÓRIOS DO ESTATUTO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

por MARIA TERESA PINTO MENDES

Dos trabalhos preparatórios do Estatuto da Educação Nacional, saú há pouco o III volume, que contém, juntamente com um outro sobre a Educação Física, o relatório do Dr. Henrique Martins de Carvalho sobre a Educação Permanente (1).

Pelo lugar que as bibliotecas ocupam na educação permanente dos povos, aguardávamos com muito interesse a apresentação deste trabalho, conscientes de que a nós, bibliotecários, cabe uma parte importante na plena execução de tudo quanto se venha a estabelecer e decidir. Victor Penna, ao referir-se à planificação dos serviços de bibliotecas dentro duma planificação integral da educação, afirma que as decisões políticas e administrativas se processam a um nível ministerial mas «exijem a presença de bibliotecários que sejam também educadores capazes de compreender exactamente o papel, o lugar e as proporções que devem assumir os serviços da biblioteca no esforço geral da educação» (2).

Se lhes cabe tal responsabilidade na execução, pensamos que a bibliotecários poderá também ser pedido que contribuam para a definição clara e precisa da missão da biblioteca, fornecendo elementos para que se estabeleçam as condições próprias para essa execução. Sabemos que é intenção do Ministério da Educação Nacional proceder, numa fase posterior, a consultas mais vastas (3) e não duvidamos que, então, sobre o assunto serão ouvidos.

Em todo o caso, aproveitando a oportunidade e o momento de interesse que é sempre o da saída dum livro, pareceu-nos que poderíamos fazer desde já uns breves comentários.

(1) PORTUGAL-MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL — *Trabalhos preparatórios do Estatuto da Educação Nacional*. Lisboa, 1968, vol. III.

(2) PENNA, Victor — *La planification des services de bibliothèque*. «Bull. Unesco à l'intention des Bibliothèques», Paris, 21(2), Março-Abril, 1967, p. 77.

(3) TELLES, Inocêncio Galvão — *Para um Estatuto da Educação Nacional*. Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1967, 2.ª ed., p. 28.

Entende-se que a educação permanente tem por fim completar e continuar a acção da escola, promovendo o acesso à cultura de todos, de qualquer idade e quaisquer que sejam as suas condições de vida. É este um direito do próprio indivíduo e uma exigência da sociedade em que se encontra integrado, pois aí tem que render o seu máximo e para tal se deve preparar. Têm, pois, que criar-se os meios e as condições para uma instrução extra e pós-escolar, uma actualização constante dos conhecimentos e uma informação permanente, condições estas que tantas vezes se podem estabelecer num aproveitamento agradável dos tempos livres.

Entre os meios apontados pelo relator para o conseguir encontramos a educação pela «literatura e pela arte», na qual têm um papel muito importante as bibliotecas e os arquivos. Parece-nos que com mais propriedade deveria falar-se em educação pela leitura. *Leitura* em geral, independentemente de género e de conteúdo, pois através de todos os géneros e assuntos se difunde efectivamente a cultura. *Literatura* vincula-se a obras onde é predominante o carácter artístico da composição o que equivale a limitar o campo das possibilidades reais de enriquecimento cultural e educacional.

E a leitura generalizada e orientada pressupõe a biblioteca. Durante o tempo escolar, a biblioteca completa o ensino e cria hábitos de leitura e de consulta de catálogos e obras de referência. Sem a biblioteca, a escola, que ensina a ler e transmite um conjunto bem determinado de conhecimentos, não dá indivíduos capazes «de se instruírem pelos seus próprios meios de maneira a desempenharem um papel eficaz na sociedade moderna» (1).

Essa instrução pelos meios próprios, pós-escolar, faz-se em grande parte na biblioteca pública, sem a qual a acção da escola primária e de todas as campanhas de educação de adultos não prevalecerá, dando-se em percentagens elevadíssimas um regresso ao analfabetismo.

Sem a biblioteca pública e sem a biblioteca especializada também a actualização e o aperfeiçoamento geral e profissional não encontram condições de realização.

O papel da biblioteca é portanto imprescindível na educação permanente, e gostaríamos de o ver apresentado com um maior realce neste relatório. Particularmente o da biblioteca pública na sua dupla função de despertar o interesse, as exigências, o gosto pela leitura, ao mesmo tempo que a possibilita e orienta. A biblioteca pública que se volta para o adulto, para o jovem e para a criança, numa mesma e única missão, embora, como é óbvio, segundo a idade, variem os métodos e o material bibliográfico facilitado. Nesta linha não parece justificável o valor prioritário que, no relatório, é dado à organização das bibliotecas infantis, tanto mais que atrás ficara expresso que «o conceito de educação permanente é (...) extremamente amplo, pois vai do ensino infantil ao ensino pós-universitário e às actividades de formação geral». Há uma referência bastante imprecisa às «unidades clássicas» — pensamos que por tal se entenda bibliotecas públicas em geral — mas não se esclarecem precisamente as suas funções e o âmbito da sua actuação; prevê-se a criação de serviços centrais, referem-se aspectos gerais de coordenação e planificação entre bibliotecas, concretamente no que diz

(1) PENNA, Victor — *Ob. cit.*, p. 93.

respeito às aquisições, aspectos estes que consideramos de ordem técnica, sem reflexo directo na eficácia do papel da biblioteca na educação permanente.

Coloca-se ainda o arquivo no mesmo pé que a biblioteca, dentro dum plano de educação permanente, ou melhor, dá-se-lhe mesmo maior relevo. Prevêm-se medidas a tomar como a organização de arquivos distritais e o estabelecimento de meios legais e materiais para intervir nos arquivos particulares e para a inventariação total da existência dos arquivos nacionais e regionais. Ora a nós, parece-nos que — evidentemente dentro do aspecto que nos ocupa, a educação permanente — não se pode comparar o papel do arquivo com o da biblioteca. O arquivo dá principalmente apoio à investigação, e dentro desta, particularmente à de carácter histórico, devendo o seu papel ser devidamente posto em relevo na secção que se ocupa dos problemas da investigação científica. Os materiais que oferece só servirão o público leitor em geral depois de estudo, interpretação, integração em quadros gerais e divulgação em obra impressa.

Resumindo e esquematizando o que ficou dito, e acrescentando um ou outro aspecto, pensamos que, no que diz respeito a bibliotecas, esta alínea do plano de trabalhos preparatórios para o Estatuto da Educação Nacional deveria tocar nos seguintes pontos:

1 — Definição precisa do papel da biblioteca na educação permanente, como instituição que possibilita o acesso à cultura e informação extra e pós-escolar, na sua dupla função de despertar o interesse pela leitura e de a facilitar, orientando a escolha e proporcionando a reflexão.

2 — Instrumentos de difusão das ideias que deverão constituir os fundos de uma biblioteca: livros, folhetos, jornais, mapas, gravuras, filmes, discos, etc., apontando-se a necessidade de tratamentos específicos, e o papel que lhes poderá ser atribuído em inúmeras actividades complementares da consulta individual.

3 — Vários níveis de público-consultante e vários tipos de bibliotecas. Bibliotecas infantis e juvenis; bibliotecas gerais (que podem ter secções infantis e juvenis); bibliotecas especializadas; papel importante destas últimas na actualização de conhecimentos. Organizações específicas — administrativas e técnicas — adequadas aos objectivos.

4 — Meios de actuação.

4.1 — Prospeccção sociológica do meio português (o que lê, quando lê, porque lê).

4.2 — Organização e orientação da leitura. O bibliotecário como técnico e animador.

4.3 — Actividades complementares: cursos, conferências, audições, exposições, conversas orientadas, colóquios, projecção de filmes, etc.

4.4 — Política de atracção do leitor, propaganda.

4.5 — Coordenação e enquadramento dos esforços de vários outros organismos de educação, cultura e acção social da comunidade em que se situa a biblioteca.

5 — Condições de funcionamento.

5.1 — Planeamento a nível nacional do serviço de bibliotecas (1).

5.2 — Textos legislativos precisos.

5.3 — Financiamento, quer pelo Estado quer por colectividades locais, que possibilite o cabal cumprimento da missão da biblioteca.

5.4 — Acesso a todos os membros da comunidade.

5.5 — Pessoal competente, devidamente apoiado, técnica e materialmente.

5.5.1 — Reforma do actual Curso de Bibliotecário-Arquivista.

5.5.2 — Cursos de preparação de pessoal médio.

5.5.3 — Cursos de actualização.

5.5.4 — Ampliação de quadros.

5.5.5 — Actualização de vencimentos.

Se neste como em todos os outros campos nos encontramos hoje em condições de aproveitar a experiência de outrem, se organismos internacionais tomaram sobre si a tarefa de divulgar conclusões e conquistas, para facilitar os caminhos a percorrer, penso poder invocar em abono do esquema acima exposto o facto de muitas das ideias apresentadas se encontram no *Manifeste des bibliothèques publiques* publicado pela Unesco (2).

Recentemente, uma comissão interministerial, presidida pelo Primeiro Ministro Georges Pompidou, ocupou-se dos problemas da leitura pública em França, estudando os meios de a favorecer e incrementar. O reconhecimento da sua importância, a situação concreta da França neste capítulo e as soluções preconizadas, são publicadas e divulgadas num relatório final, de cuja leitura muito aproveitaria quem, entre nós, se encontra debruçado sobre os mesmos problemas (3).

Antes de concluir, julgamos oportuno tecer algumas considerações à volta do ponto 5.5, porque se trata de assunto de primeira importância. Não exageraremos se dissermos que da atenção que se lhe der dependerá *totalmente* o cumprimento ou não cumprimento da missão da biblioteca. O material bibliográfico pode ser abundante e rico mas não se desdobrará em informações, não contribuirá para o desenvolvimento da cultura dum povo, não permitirá a sua constante actualização, se não houver pessoal suficiente e tecnicamente bem preparado para lhe dar o adequado tratamento e proporcionar as condições da sua difusão. Para esta difusão não podem hoje dispensar-se, além da preparação técnica, os conhecimentos de sociologia

(1) Sobre este assunto não podem desconhecer-se dois trabalhos fundamentais: PENNA, Victor — *Ob. cit.* e LLORCA ZARAGOZA, Vicente — *Stage d'études ibéro-américain sur la planification des services de bibliothèque et de documentation*. «Bull. Unesco à l'Intention des Bibliothèques», Paris, 22(4) Jul.-Ago., 1968, p. 186-193.

(2) Transcrito in HEINTZE, Ingeborg — *L'organisation d'une petite bibliothèque publique*. Paris, Unesco, 1963, p. 9-10.

(3) *La lecture publique en France. Rapport du group d'études*. «Bull. Bibliothèques de France», Paris, 13(3). Mar. 1968, p. 105-134.

da leitura, psicologia social, relações humanas, condução e animação de reuniões, etc. Não será, portanto, descabido, que nos presentes estudos, se preveja a criação de cursos de preparação básica para pessoal médio — que entre nós ascende aos lugares sem a mínima preparação específica, sendo conseqüentemente fraco o seu rendimento — e de actualização para pessoal superior.

Além de bem preparado, é absolutamente imprescindível que o pessoal das bibliotecas seja em número suficiente. À maioria das nossas bibliotecas, que mal podem fazer a catalogação do dia a dia, que têm fundos antigos por catalogar, o que equivale a dizer sem servirem, e que se esforcem por manter o serviço de leitura normal, não pode ser pedido o desenvolvimento dos serviços, a actualização técnica, e muito menos o empreendimento de todas aquelas iniciativas completamentares que considerámos pertencerem ao âmbito das atribuições da biblioteca e apresentámos como verdadeiramente fundamentais dentro das modernas perspectivas da sua missão.

Será pois necessária uma ampliação de quadros. No que respeita a pessoal superior, diplomados com o curso de Bibliotecário-Arquivista, poderá ser-nos argumentado que os quadros não se encontram totalmente preenchidos e há uma constante mobilidade dentro deles. Neste lugar e nesta oportunidade não nos vamos deter no assunto, mas não podemos deixar de apontar a única razão: de todos os diplomados com um curso superior são os bibliotecários os de mais baixa remuneração, importando notar que além da licenciatura lhes é exigida uma especialização. Como é óbvio a solução depende em última análise das possibilidades do erário público, mas a verdade é que chegámos ao tempo de considerar investimento seguro tudo o que se aplica em prol da instrução e educação dum povo. A instrução, a educação, a boa preparação profissional com uma actualização constante, são o substrato de toda a rentabilidade das missões e iniciativas nos campos da actividade pública e privada. É esta a convicção do Ministério da Educação Nacional, estamos certos, pois são do seu anterior Ministro as passagens que transcrevo: «As despesas feitas com a educação, abstraindo mesmo do seu alto valor moral ou espiritual, e falando a linguagem dos economistas, não são meras despesas improdutivas, constituem um verdadeiro investimento: quando criteriosamente efectuadas, representam mesmo o mais rentável dos investimentos. Não se pode esperar que a economia se desenvolva para só então fazer progredir a educação; a inversa é que é verdadeira, pois sem elevado nível educacional a economia está condenada a estagnar, à míngua de *capital humano*, o mais valioso dos capitais, não podendo a economia expandir-se onde escasseiam cérebros, inteligências, competências, pessoal qualificado, gente devidamente instruída, preparada para conceber, planear, executar, numa palavra, para produzir ou criar riqueza. São hoje os economistas os primeiros a reconhecê-lo» (1). Também será de considerar a conveniência da coordenação entre a planificação *educacional* e a planificação *económica*, atendendo designadamente

(1) TELLES, Inocêncio Galvão — *Ob. cit.*, p. 10.

a que a primeira, visando aumentar a qualidade e o rendimento do ensino, dentro dos recursos de que possa dispor-se em dinheiro e em pessoas, representará importante contributo para o desenvolvimento económico e social do País, através de fecundos investimentos no mais valioso dos capitais, que é o humano» (1).

Nesta coordenação das planificações educacional e económica, pelo que acima ficou expresso, conclui-se não poderem deixar de entrar em linha de conta os interesses, as exigências e as necessidades das bibliotecas e do seu pessoal.

(1) TELLES, Inocêncio Galvão — *Planeamento da acção educativa. (Método)*. In TELLES, Inocêncio Galvão — *Temas de Educação*. Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1966, p. 69-70.